

ESCALA DE AVALIAÇÃO

- ★★★★..... Ótimo
- ★★★..... Bom
- ★★..... Regular
- ★..... Ruim
- *..... Péssimo

FOLHA ILUSTRADA

Tel.: 0/xx/11/224-7842
E-mail: ilustrad@uol.com.br
Fax: 0/xx/11/224-2284

Serviço de atendimento ao assinante:
0/xx/11/224-3090

PÁGINA E 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000

Índios de Ilhéus dizem pertencer à etnia considerada extinta e reivindicam peça do século 17

“Somos tupinambás. Queremos o manto de volta”

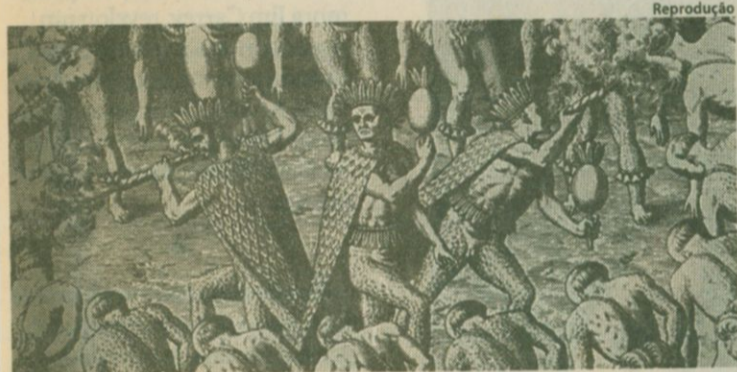


Ilustração do século 16 mostra tupinambás usando marimots

O objeto, que está na Mostra do Redescobrimento, em SP, integra acervo de museu dinamarquês

ARMANDO ANTENORE
DA REPORTAGEM LOCAL

Uma modesta comunidade em Olivença (distrito de Ilhéus, no litoral sul da Bahia) está tentando mudar a história oficial do Brasil. São aproximadamente mil pessoas, a maioria lavradores, que não querem mais receber o tratamento de “caboclos” ou “pardos”, como ocorre há pelo menos seis décadas.

Dizem-se índios tupinambás —etnia que a literatura especializada julga extinta desde o século 17— e exigem, agora, que o governo os reconheça assim. Nos últimos 18 anos, discutiram a questão de identidade sem estardalhaço, quase às escondidas. Em janeiro, porém, sentiram-se maduros para torná-la pública e lançaram uma carta “à sociedade nacional”, explicando o que desejam.

Convidados pela Folha, dois líderes da comunidade —Nivalda Amaral de Jesus, 67, e Aloísio Cunha Silva, 41— visitaram São Paulo no dia 20 de maio, um sábado. Domingo de manhã, foram à Mostra do Redescobrimento, que ocupa três edifícios do parque Ibirapuera. Não conheceram praticamente nada da maior exposição de arte já promovida no país. Interessaram-se apenas em olhar o módulo indígena, com 600 peças.

A estrela, ali, é um manto tupinambá de penas vermelhas, que os holandeses tiraram de Recife por volta de 1644 e que atualmente integra o acervo do Nationalmuseet, em Copenhague (Dinamarca). Não há, nas coleções etnográficas brasileiras, nenhum objeto do gênero. Os outros cinco de que se tem notícia encontram-se em instituições européias.

Dona Nivalda e Aloísio lembram-se de ouvir “parentes mais velhos” contarem histórias sobre os mantos sagrados dos tupinambás, mas não sabiam que a mostra iria exibir um exemplar.

Quando o avistaram dentro de uma redoma, protegido por um segurança, logo manifestaram a ideia de não permitir que a relíquia “retorne para o estrangeiro”.

Na tarde do mesmo domingo, voltaram à Bahia, levando um catálogo da exposição. Uma semana depois, reuniram-se com a comunidade e chegaram a um consenso: irão pedir que o artefato permaneça no Brasil. “Estamos vivendo um processo de resgate cultural. Recuperar o manto significa trazer a memória de nossos ancestrais para mais perto”, explica a pedagoga Núbia Batista da Silva, 30, outra líder local.

A comunidade ainda não resolveu de que modo solicitará a peça. “Vamos decidir em breve. Se precisar de abaixo-assinado, fare-

mos. Se precisar de uma ação judicial, moveremos”, diz Núbia.

Coronéis

Temor e resistência marcam a trajetória dos habitantes de Olivença. O distrito compõe-se de um pequeno centro urbano, que no verão se transforma em balneário turístico, e de 11 núcleos rurais, onde mora a maior parte dos que reivindicam a condição de tupinambá. A região toda soma quase 44 km².

Documentos do período colonial informam que, em 1680, missionários jesuítas fundaram uma aldeia indígena na área hoje ocupada pelo centro urbano. Utilizando mão-de-obra nativa, ergueram lá uma igreja, a de Nossa Senhora da Escada.

Em 1756, os jesuítas são expulsos do país. O aldeamento ganha o título de vila e passa a abrigar também moradores brancos. No início do século 20, surge entre os índios um líder de nome Marcelino, que combate o domínio político dos coronéis. A imprensa da época o retrata como um bandido e o compara a Lampião.

Ele é preso em 1937. A partir daí, Olivença presencia uma expansão turística que, incentivada pelo coronelato, joga os indígenas para a zona rural, não raro com violência. A essa altura, jornais e cartórios da Bahia já não os tratam como índios. Preferem chamá-los de “caboclos” ou “pardos”. A comunidade começa, então, a agir paradoxalmente. Por um lado, temendo perseguições, rejeita as origens. Por outro, ainda de maneira discreta, vai preservando traços ancestrais.

Perde a língua tupi, converte-se ao catolicismo, mas não deixa de produzir artesanatos nem de se organizar territorialmente conforme regras herdadas dos antepassados. “O mais importante é que não abdica da memória índia, transmitida de uma geração a outra”, destaca a antropóloga portuguesa Suzana Matos Viegas, estudiosa do assunto.

Em 1982, a comunidade realiza os primeiros debates sobre a retomada oficial do status indígena. A discussão, entretanto, só ganha corpo no fim da década de 90, sobretudo porque a atual legislação garante terras e assistência médico-educacional para os índios (muitos dos lavradores de Olivença trabalham em propriedades alheias e recebem R\$ 4 por dia).

Até agora, apesar das solicitações, o governo federal não iniciou o processo de reconhecimento do grupo. Povos indígenas de vários pontos do país, contudo, já o consideram tupinambá.

“Toda a documentação dos séculos 16, 17 e 18 sobre os índios de Ilhéus identifica-os como tupiniquins”, afirma o antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio, professor da Universidade do Estado da Bahia. “Mas isso não impede que os moradores de Olivença julguem-se tupinambás. Eles se apoiam em relatos orais de seus avós e bisavós, enquanto os documentos disponíveis se baseiam nas observações de colonizadores e viajantes brancos.”



Nivalda Amaral de Jesus, 67, líder da comunidade de Olivença (BA), vê manto tupinambá em SP

Descendentes se emocionam com o artefato

DA REPORTAGEM LOCAL

Logo que chegaram perto do manto tupinambá na Mostra do Redescobrimento, Nivalda Amaral de Jesus e Aloísio Cunha Silva choraram. Depois, permaneceram longo tempo em silêncio.

“Foi um remorso que eu senti”, tentou descrever dona Nivalda. “Escutei uma voz não sei de onde, que me disse: ‘É este. Não tem outro. Toda a história do nosso povo está aqui!’”

Aloísio surpreendeu-se com o formato da peça. “Não conseguimos fazer mais nada assim, uma veste que cai pelas costas. Agora entendo: quando os colonizadores levaram o manto, tiraram nosso poder —e, fracos, perdemos tudo.”

No fim-de-semana que passaram em São Paulo, os dois quase não usaram coque. Só o puseram durante a visita à mostra. “É para quebrar a força dos brancos”, explicaram.

Em diversas ocasiões, entoaram pequenas “músicas de festa”, que aprenderam “com os parentes mais velhos”. A maioria das canções menciona os tupinambás.

Dona Nivalda gosta de uma em especial, por julgá-la premonitória. “Preste atenção nos versos. Parece que nossos antepassados já adivinhavam que, um dia, iríamos buscar o manto: ‘Eu vi gemer lá na mata, é/ Eu vi gemer lá na mata, á/ Tupinambá é índio guerreiro/ que Tupã deixou na Terra/ para lutar pelo ideal/ Eu vim de muito longe/ pegar o que me pertence/ Viva nosso pai Tupã/ que ama muita gente.’” (AA)

Dois museus podem conservar a peça

DA REPORTAGEM LOCAL

Poucos museus do país preenchem os requisitos para abrigar o manto tupinambá que a comunidade de Olivença (BA) está reivindicando. Com 1,2 m de comprimento, a peça do século 17 é constituída de penas vermelhas do guará, que se fixam em uma trama de fibras naturais.

Conservá-la exige um rígido controle de temperatura ambiente, umidade do ar e iluminação. Entre as principais instituições brasileiras do gênero, somente duas têm hoje condições de suprir tais necessidades: o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Universidade de São Paulo).

A avaliação é da antropóloga Lucia Hussak van Velthem, uma das responsáveis pelo módulo de artes indígenas da Mostra do Redescobrimento. “Técnicamente, ambos os museus podem guardar não apenas o manto, mas qualquer objeto etnográfico.”

A pesquisadora diz que só se conhecem mais cinco peças semelhantes à que veio para a exposição. Três se encontram na Itália, uma na Bélgica e a outra na Dinamarca.

Quase nada se sabe sobre o significado dos mantos. Iconografias do período colonial, porém, permitem supor que pajés tupinambás os usavam nos ombros, cain-

do pelas costas, em rituais xamânicos. A indumentária funcionaria como uma espécie de elo a que os índios recorriam para se aproximar do universo metafísico.

A veste que está no parque Ibirapuera deixou o Brasil por volta de 1644, durante a ocupação holandesa, quando o administrador Maurício de Nassau a retirou de Pernambuco. Após passar pela Holanda, a peça chegou às mãos do rei dinamarquês, que a recebeu de presente e a colocou no Gabinete Real de Curiosidades.

A organização da mostra não informa quanto custou o seguro do manto. A Folha apurou, contudo, que a cifra supera os US\$ 100 mil. (AA)

do pelas costas, em rituais xamânicos. A indumentária funcionaria como uma espécie de elo a que os índios recorriam para se aproximar do universo metafísico.

A veste que está no parque Ibirapuera deixou o Brasil por volta de 1644, durante a ocupação holandesa, quando o administrador Maurício de Nassau a retirou de Pernambuco. Após passar pela Holanda, a peça chegou às mãos do rei dinamarquês, que a recebeu de presente e a colocou no Gabinete Real de Curiosidades.

A organização da mostra não informa quanto custou o seguro do manto. A Folha apurou, contudo, que a cifra supera os US\$ 100 mil. (AA)

Grécia e Nigéria pedem retorno de obras

PAULO DANIEL FARAH

DA REDAÇÃO

Países como Grécia, Egito e Nigéria também reivindicam a restituição de objetos exibidos em museus europeus, especialmente britânicos.

Múmias egípcias, cálices e coroas etíopes, representações divinas do antigo Reino de Benin (hoje em território nigeriano) e o dia-

mante Koh-i-Noor, que pertenceu ao último marajá de Punjab (Índia) e que agora faz parte da coroa da rainha-mãe, integram a lista de objetos cuja “transferência” à Europa é contestada.

Uma das principais contendas, em torno dos Mármores de Elgin (ou do Parthenon, segundo os gregos), deve chegar ao fim neste mês. Entre 1799 e 1802, as relíquias (56 frisos e 19 estátuas do sé-

culo 5º a.C.), que faziam parte do complexo religioso, foram retiradas e levadas ao Reino Unido pelo conde de Elgin, embaixador britânico no Império Otomano, que dominava a Grécia.

A partir da metade do século 19, o governo grego passou a pedir o retorno das peças, que representam cenas mitológicas. Os deputados britânicos vão definir se os objetos serão devolvidos à Grécia.



“Nós, representantes legítimos da comunidade indígena tupinambá de Olivença, queremos falar, cantar, dançar, celebrar a vida em memória dos nossos antepassados. Estamos vivendo graças à sabedoria e à coragem de nossos pais, que, para garantir a sobrevivência, foram entrando mata adentro e negaram-se a si mesmos (...). Exigimos o direito de resgate da nossa cultura e o reconhecimento étnico e geográfico.”

Trechos da carta que a comunidade de Olivença (BA) endereçou “à sociedade brasileira” em 31 de janeiro de 2000